

MEIO AMBIENTE E TRANSVERSALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria Inês Malta Castro*
Tayene Resende**

RESUMO: Neste artigo foram analisados livros didáticos de História do Brasil, do ensino fundamental e médio, privilegiando o período colonial. Buscou-se verificar o papel conferido ao mundo natural na configuração dos quadros históricos e sociais trabalhados. A análise voltou-se para as significações culturais conferidas por esses autores à natureza no Brasil, examinando o tratamento dado às questões ambientais. Pretendeu-se ampliar e aprofundar o debate em torno das questões ambientais, sob a ótica histórica, verificando quais os principais temas eleitos por aqueles que escrevem livros didáticos, ao introduzir a dimensão ambiental em seus trabalhos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Meio Ambiente. Transversalidade.

Nas últimas décadas, a história tem-se aberto a novos objetos e problemas e acompanha as aceleradas mudanças no mundo contemporâneo. Entre elas, destaca-se o crescimento da consciência dos problemas acarretados pela intervenção humana no ambiente natural que ensejou a constituição de diferentes áreas de conhecimento, como a inserção da temática ambiental nos estudos históricos. Surgiu, daí, a história ambiental, apresentando novas formas de compreensão da trajetória dos homens, agora vista sob a perspectiva das interações que foram e são estabelecidas com o meio (WORSTER, 1991; DRUMMOND, 1991; CASTRO, 2003). A denominada história ambiental procura desmistificar a visão tradicional dominante nas ciências humanas de que a natureza é algo separado dos homens e de que constitui apenas o cenário para o desenvolvimento de nossa história.

Com base no pressuposto de que muitos dos problemas existentes hoje têm por base as relações que, ao longo do tempo, os homens estabeleceram com a natureza –

* Professora doutora do curso de História (UniCEUB); coordenadora da pós-graduação *lato sensu* em História, Sociedade e Cidadania (ICPD/UniCEUB). Email: castro.ines@gmail.com

** Graduada em História pelo UniCEUB. Foi bolsista do PIBIC/ UniCEUB. Email: tayene@pop.com.br

entendendo-a como agente predominante na vida do homem, pois permite e/ou impede determinados tipos de atividade –, a história ambiental, num diálogo interdisciplinar, busca refletir sobre a relação entre os homens e o meio ambiente, analisando-a e questionando-a (WORSTER, 1991). O desenvolvimento das sociedades humanas não pode ignorar que a natureza influencia o dia-a-dia do ser humano e que, além disso, modifica o mundo natural, altera os ecossistemas e, como se vê claramente hoje, interfere na biodiversidade.

A percepção da importância da temática ambiental repercute em diferentes âmbitos e a educação constitui espaço privilegiado para a incorporação dessas questões. No que se refere ao ensino fundamental e médio, pode-se ver, nos temas transversais (MEC; SEF, 1998) componentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a inserção da temática ambiental, um dos vários temas a ser tratados em todas as disciplinas que integram o currículo escolar.¹ De acordo com essas considerações, destaca-se a importância de analisar como esta questão tem sido apresentada no âmbito escolar, ressaltando-se que, para ser incluída nos conteúdos escolares, em especial na disciplina História, precisamos abandonar a tendência de pensar a natureza em oposição aos seres humanos ou à cultura (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Sabendo-se que os livros didáticos constituem, ainda, o principal recurso utilizado pelos professores em sala de aula, não podemos furtar-nos a buscar elementos para a análise de como a questão ambiental é incorporada ao conhecimento histórico e de como é feita a divulgação nas escolas. Após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1998, seguida do lançamento dos temas transversais, os autores de livros didáticos procuraram adequar-se às orientações desses documentos, inserindo em seus trabalhos a perspectiva de uma história crítica, despida de preconceitos e na qual estivessem presentes vínculos com as questões da sociedade contemporânea. A inserção da problemática ambiental nos temas transversais visa a tornar os alunos capazes de reconhecer a importância da natureza e da preservação. Nesse contexto, faz-se necessária a análise dos livros didáticos para averiguar se essas questões são inseridas, devidamente, nos materiais didáticos.

¹ Os outros temas são: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo.

Neste artigo,² o foco recaiu na análise de livros didáticos de História do Brasil, do ensino fundamental e médio, privilegiando o período colonial. Nas últimas décadas, acompanhando as transformações na sociedade contemporânea e as orientações de documentos emanados de instituições oficiais, os livros didáticos sofreram mudanças na composição. O que se buscou foi verificar o papel conferido ao mundo natural na configuração dos quadros históricos e sociais trabalhados. A análise voltou-se para as significações culturais indicadas por esses autores à natureza no Brasil, verificando o tratamento dado às questões ambientais e como as incorporaram nos trabalhos. Pretendeu-se ampliar e aprofundar o debate em torno das questões ambientais consideradas pela visão histórica, examinando quais têm sido os principais temas eleitos por aqueles que escrevem livros didáticos, ao introduzir a dimensão ambiental nos trabalhos, de modo a permitir a difusão do conhecimento sobre a história ambiental no espaço escolar.

Partiu-se do pressuposto de que o ensino de História e os materiais didáticos, comumente utilizados pelos professores, são fundamentais no processo de construção de idéias a respeito da história do Brasil, sendo essenciais naquilo que se pode denominar senso comum sobre a nossa história. Estudos apontam para o papel central que os livros didáticos de História desempenham no ensino, orientando, muitas vezes, a seleção dos conteúdos, a maneira de abordá-los e a metodologia de ensino. Para os alunos, em vários casos, esses manuais são o único material didático ao qual têm acesso (GATTI JÚNIOR, 1999; FONSECA, 1999; FONSECA, 2003a).

OS LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO DE HISTÓRIA

O livro didático tem sido um dos mais utilizados canais de transmissão e de manutenção de mitos e estereótipos que povoam a história do Brasil. Os padrões dessa história conservadora começaram a ser gerados em duas instituições criadas em 1838 pelo Estado imperial e destinadas a ter papel estratégico na consolidação e na constituição da

² Este artigo constitui uma síntese dos resultados da pesquisa *A temática ambiental na historiografia brasileira e nos livros didáticos*, inserido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do UniCEUB (2004). A realização deste trabalho deu-se ao mesmo tempo em que se desenvolvia a pesquisa *As diversas visões da relação homem/natureza no Brasil-colônia*, de Manuara Aparecida Alves de Souza, bolsista do PIC/UniCEUB, com que dialogamos e compartilhamos caminhos e resultados.

identidade para o país: o Imperial Colégio de Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que estabeleciam modelos para a construção de História brasileira, incorporados em programas de ensino (ABUD, 2004; BITTENCOURT, 2003).

Outra função do livro didático é informar o professor. Em razão das deficiências de formação e das condições de trabalho que enfrenta, o professor tem dificuldades em procurar outras fontes para preparar uma aula mais rica em conteúdo. Dessa maneira, o trabalho do professor tem-se transformado num reforço das idéias contidas no livro didático, visto pelos alunos como única fonte digna de confiança. A ausência de outras fontes de consulta, pelo menos para boa parte dos professores, reforça a importância do papel que o livro didático exerce para a formação do conceito de História e para a visão de História que constitui o senso comum (ABUD, 1988).

O livro didático é responsável pela difusão de determinadas concepções de história do Brasil e de sua natureza. Boa parte da historiografia brasileira, transposta para os livros didáticos, revela a preocupação com a constituição de uma nação homogênea, excluindo-se, por vezes, a diversidade social, cultural e, também, ambiental. Desse modo, elaborou-se a idéia de uma nação e de uma identidade nacional que se pretendiam coesas e unas.

É evidente a existência do afastamento entre as novas pesquisas e metodologias no campo da historiografia e a sua efetiva assimilação nos materiais didáticos. Essa distância é percebida em todas as disciplinas, mas é enfatizada no caso da História, cujo objeto de conhecimento – grupos humanos em diferentes tempos e espaços – é, extremamente, complexo. Desse modo, não é difícil depararmos com a lentidão e os enganos existentes na passagem dos conhecimentos históricos, produzidos na instância acadêmica e em constante transformação, à produção dos livros didáticos.

Há inúmeras tentativas de minimizar o distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática pedagógica: manifestações dos docentes, denúncias, encontros da Associação Nacional de Profissionais de História/ANPUH, entre outras. Há que se considerar o esforço feito por aqueles envolvidos com o mercado editorial do livro didático. Os autores afirmam procurar, constantemente, atualizar-se em relação à produção historiográfica e, do mesmo modo, adequar-se às novidades introduzidas pelas “propostas curriculares elaboradas pelos

órgãos do governo e também às demandas do público final a que seus produtos se destinam – os alunos e, sobretudo, os professores”³ (MUNAKATA, 2000, p. 278).

Com a finalidade de garantir melhoria na qualidade dos livros didáticos adotados pelos professores, o Ministério da Educação instituiu comissões compostas por pessoas especializadas nas diferentes áreas de conhecimento para avaliar esse material. No caso da disciplina História, a comissão estabeleceu os “Princípios gerais”, que servem como norteadores das preocupações e das convicções de educadores e historiadores. Nesse sentido, foram formulados os “Critérios eliminatórios e critérios classificatórios”, que são também de conhecimento dos autores e dos editores dos referidos livros (BEZERRA, 1999, p. 196). Após análise e avaliação realizadas pela comissão, o livro pode ser inserido no *Guia de Livros Didáticos*, para orientar o processo de seleção e escolha dos livros utilizados em sala de aula.

O crescente apoio do Estado à indústria editorial, e a política de distribuição de livros nas escolas públicas, tornou-a uma poderosa indústria, o que levou a uma intensa massificação do livro didático no Brasil (FONSECA, 2003a). As editoras passaram a preocupar-se mais em publicar os livros em perfeita sintonia com os programas curriculares estabelecidos pelo governo.

Cabe alertar, conforme Munakata, que a análise de livros didáticos não pode restringir-se a questões ideológicas. Ao examinar livros didáticos sobre a história do Brasil, publicados após a ditadura militar, o autor aponta para alguns problemas que se apresentam ao focalizarmos unicamente a forma como a ideologia se manifesta nos conteúdos de História:

Uma série de pesquisas acadêmicas dedicaram-se a flagrar, nos livros didáticos e paradidáticos brasileiros, a presença insidiosa da mentira e da manipulação, do preconceito, da mistificação, da legitimação, da dominação e da exploração burguesa – em suma, da ideologia. A ideologia estava em toda parte em que se quisesse encontrá-la [...] suspeitava da presença insinuante da ideologia ali (livro didático) a espreitar, por trás das frases (aparentemente) inocentes dos livros (MUNAKATA, 2000, p. 271-272).

³ Gilberto Cotrim, conhecido autor de livros didáticos de história, enfatiza a necessidade de estar sempre atento às novidades na área de história: “Como também na História você vai percebendo as novidades temáticas: existem temas que estavam esquecidos, aí começam a ser revisitados... Eu procuro ler o que as autoridades educacionais estão pensando sobre o ensino. Isso implica você ler currículos escolares, o que o MEC está produzindo em termos de parâmetros. [...] Leio muito também, demais, o que a universidade está apontando em termos de algumas pesquisas, algumas tendências” (Munakata, 2000, p. 278).

O autor destaca a importância do livro didático como instrumento pedagógico, posição partilhada por Lizânias de Souza Lima (apud MUNAKATA, 2000, p. 293-294):

A discussão do livro didático no Brasil é muito desfocada, porque o indivíduo critica o livro didático pelo conteúdo. E criticar o livro didático pelo conteúdo é criticar aquilo que ele tem de mais frágil. [...] O livro didático teria que ser julgado pela sua característica essencial, que é seu caráter didático. Se ele consegue colocar as coisas com clareza, se tem um encadeamento, se respeita a maturidade do aluno.

É inquestionável que as análises sobre os livros didáticos devem considerar os contextos histórico, político e cultural em que foram produzidos. No Brasil, esse material didático tem sido um dos responsáveis pelos discursos fundadores da nacionalidade e, mais ainda, uma garantia para perpetuação de certos grupos no poder. Segundo Thaís Fonseca (1999), os manuais didáticos devem ser analisados como elementos importantes na construção da identidade nacional, em especial quando se leva em conta a abrangência de sua influência, por ser um instrumento de alcance coletivo. Eles são apontados como um dos principais responsáveis pela permanência, na maioria das escolas do país, do ensino tradicional e pouco criativo. Entre esses livros, os manuais de História estão entre os mais criticados, pois, segundo especialistas, continuariam difundindo conteúdos conservadores e preconceituosos, cometendo graves erros históricos e conceituais. No entanto, no Brasil, em decorrência das mudanças sociais, das reformas curriculares, do desenvolvimento das pesquisas históricas e, mais recentemente, dos processos de avaliação das obras publicadas, a afirmação genérica de que o livro didático é, ou tem sido, o maior responsável pela manutenção de cunho conservador no ensino da História talvez não se sustente mais, pois, a partir dos anos 90, outras características começaram a destacar-se. O livro didático deixou de ser dedicado quase exclusivamente a fatos da política institucional e alargou-se para o campo do conhecimento histórico ensinado nas escolas. Houve a introdução de novos temas, destacando-se a história das mentalidades e do cotidiano.

Considerando que um dos objetivos da História é a compreensão das diferentes e múltiplas possibilidades existentes na sociedade, a partir da experiência do presente, o livro didático deve possibilitar ao aluno a compreensão ativa da realidade, um dos elementos essenciais para o desenvolvimento e para a formação da cidadania. O texto deve ser capaz de envolver o leitor e levá-lo a perceber-se como sujeito histórico que, a seu modo, está sempre fazendo história.

É perceptível que os livros didáticos precisam de tempo e de aceitabilidade nas escolas para atualizar-se conforme a produção acadêmica e as propostas curriculares elaboradas pelo Ministério da Educação. Ao referir-se à inserção de novos objetos e temáticas no livro didático de História, Munakata (2000, p. 288) conclui que muitas mudanças representam apenas uma tentativa de “modernizar-se” o conteúdo de acordo com as novas propostas historiográficas, mas o “fundamental permaneceu inalterado”.

Por fim, cabe citar um trabalho que, embora produzido em outra área, revelou-se importante para a pesquisa que se desenvolve, pois refere-se, diretamente, à questão ambiental. Trata-se do trabalho de Marcelo Bizerril, que partiu da constatação de que, entre as ações necessárias para “melhorar o quadro ambiental na região [do cerrado], está a divulgação do potencial dos recursos naturais, visando a envolver cada vez mais a população na tarefa de conciliar crescimento econômico e conservação” (BIZERRIL, 2003, p. 57).⁴ Após analisar 67 livros didáticos de Geografia e Ciências, o autor conclui que tais livros “não se revelaram adequados como fonte inspiradora de práticas educativas sobre o cerrado”. Neles, havia “poucas informações sobre o bioma”, inviabilizando a adoção, pelos alunos, de práticas positivas em relação ao ambiente natural do cerrado (BIZERRIL, 2003, p. 59).

Desde 1998, data da publicação dos Temas Transversais, a questão ambiental deveria ter assumido lugar de destaque no ensino escolar, considerando-se a gravidade de seus problemas e a importância das relações estabelecidas entre os homens e a natureza, tanto na dimensão coletiva quanto individual. A inclusão da temática ambiental nos currículos escolares deveria tornar os alunos capazes de compreenderem os modos de interação do seres humanos com a natureza, mediados e expressos em suas relações sociais, econômicas, culturais e outras.

Desde 1998, data da publicação dos temas transversais, a questão ambiental deveria ter assumido lugar de destaque no ensino escolar, considerando a gravidade dos problemas e a importância das relações estabelecidas entre os homens e a natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual. A inclusão da temática ambiental nos currículos escolares deveria tornar os alunos capazes de compreender os modos de interação entre os seres humanos e a natureza, mediados e expressos nas relações sociais, econômicas, culturais e em outras.

⁴ O autor desenvolveu a pesquisa com o apoio institucional do UniCEUB e dela resultou o livro *Vivendo no cerrado... e aprendendo com ele*, publicado em 2004, pela editora Saraiva.

Entre os objetivos da inclusão do meio ambiente nos currículos escolares, destaca-se a perspectiva de que, concluído o ensino fundamental, o aluno fosse capaz de perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural, passando, assim, a adotar posturas de respeito e proteção aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998b). Os temas transversais têm o objetivo de ultrapassar a fragmentação dos conteúdos e das disciplinas, prevendo um trabalho cujo conhecimento seja construído em função da realidade brasileira, ou seja, por meio da discussão de questões presentes no cotidiano dos alunos, a fim de evitar o distanciamento entre o conhecimento apresentado pelos professores e a expectativa e a necessidade dos discentes. Enfim, visam a possibilitar reflexão crítica sobre os fatos, tanto do passado como do presente.

As autoridades educacionais estão conscientes de que é essencial os alunos sentirem-se responsáveis pela sociedade em que vivem, sendo fundamental a capacidade de questionar e de compreender os problemas ambientais e as conseqüências das alterações no ambiente, no decorrer dos séculos, pelas ações humanas, estudando as relações entre a sociedade e a natureza. Em outras palavras, é preciso formar e socializar o homem para que ele não se destrua, destruindo o mundo onde vive. Hannah Arendt afirma que:

A criança requer cuidados e proteções especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo. Porém, o mundo também necessita de proteção, para que não seja destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada geração. [...] O conservadorismo, no sentido da conservação (da proteção), faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo. (ARENDRT apud FONSECA, 2003a, p. 30).

A seguir, veremos em que medida está sendo incluída, numa perspectiva histórica, a discussão das questões ambientais nos livros didáticos de História. A análise restringiu-se aos livros relativos ao período colonial, separando os que foram publicados antes dos PCNs dos publicados posteriormente. Acreditamos que, dessa forma, torna-se possível compreender as diversas mudanças expressas nesses livros no decorrer do tempo.

LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS ANTES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A escolha dos livros pautou-se pela difusão nas escolas, sendo assim, foram analisados títulos muito utilizados nas escolas por estudantes do ensino fundamental. Selecionamos os seguintes livros para iniciarmos a análise: Maria Januária Vilela Santos, *História do Brasil*, volume I; Nelson Piletti e Claudino Piletti, *História e vida*, volume I, ambos publicados em 1990; Renato Mocellin, *Para compreender a História*, 1997; José Roberto Martins Ferreira, *História: 6ª e 7ª séries*, 1997.

Em todos eles, encontramos uma visão simplista da exploração dos recursos naturais pelos europeus. Mostra-se bastante comum os autores trabalharem com a divisão da História em ciclos econômicos, levando o aluno a pensar no desaparecimento de determinadas atividades que eram logo substituídas por outras. O maior problema disso revela-se na fragmentação da História, gerando a percepção de instâncias separadas da vida em sociedade.

Isso traduz a permanência nos livros didáticos de abordagens tradicionais e recorrentemente utilizadas na historiografia brasileira.

Isso traduz a permanência, nos livros didáticos, de abordagens tradicionais e, recorrentemente, utilizadas na historiografia brasileira. Abordagens que podem levar-nos, como a dos ciclos econômicos, à identificação de nossa história com as demandas do mercado internacional. Sendo assim, parece que fomos “determinados por uma lógica inexorável de ciclos ligados à divisão internacional do trabalho, como se fossem determinados justamente por nossas exuberantes riquezas naturais e abundância de terras aptas para a agricultura” (DUARTE, 2003).

Reforça-se, a partir daí, a idéia de que nossa história é marcada por sucessões de atividades predatórias, nas quais se salientam as oposições entre homem e natureza e entre sociedade e natureza. Simon Schama alerta-nos para os problemas decorrentes da profunda separação operada, em grande parte, pelo pensamento entre natureza e cultura (SCHAMA, 1996). Se desejarmos construir uma história que ajude os alunos a compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente, talvez seja a ocasião para pensarmos que “cabe à história ambiental não se limitar a investigar processos nos quais são ressaltadas as formas pelas quais os seres humanos, historicamente, comportaram-se destrutivamente em relação à natureza” (CASTRO, 2001).

Nos livros analisados, as referências mais explícitas à questão ambiental aparecem quando se trata de focar o papel dos indígenas na história do Brasil. Contudo, o que se vê é a notória idealização dos índios, especialmente no que se refere às relações entre eles e o ambiente natural. A imagem que se constrói é a do “bom selvagem”: “O índio vive em contato permanente com a natureza: a floresta, os animais selvagens, a água dos rios e os peixes. Por isso mesmo, conhece a natureza e sabe viver em equilíbrio com ela, sem destruí-la” (PILETTI, N.; PILETTI, C., 1990, p. 26).

Os índios passam a ser aqueles que sofreram a ação de uma história marcada pela exploração do europeu sobre as terras e as populações americanas. A extração do pau-brasil seria, então, a primeira prova disso. Nos primeiros momentos da colonização, teria tido início o processo de desmatamento sem limites, proveniente da sede de lucro dos europeus: “A vontade de levar o pau-brasil era tanta que, trinta anos depois de iniciada sua exploração, quase não havia mais árvores de pau-brasil [...], não houve respeito às matas do Brasil” (PILETTI, N.; PILETTI, C, 1990, p. 45).

Pode-se perceber a postura comumente adotada pela historiografia, na qual se revela a vontade de imputar à política colonial portuguesa a “culpa” pela destruição ambiental ocorrida em extensas áreas do território brasileiro e pela permanência de uma mentalidade pouco preocupada em preservar os recursos naturais. Parece que é em razão dessa herança de exploração desenfreada sobre as matas brasileiras que não nos preocupamos com as explorações predatórias mais recentes. Entretanto, estudos atuais mostram que a exploração dos recursos naturais e dos produtos agrícolas que os europeus realizaram no Brasil sofria algumas restrições da Coroa, a fim de preservá-los para o uso mais continuado. Indicam que o brutal desmatamento ocorreu por iniciativa brasileira, intensificando-se no século XX (CASTRO, 2002).

No livro de Renato Mocellin há uma problematização maior da questão indígena. Tendo como referência o livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, Mocellin discorre sobre o imenso contraste entre a sociedade indígena e a “civilizada”. Refere-se à utilização, pelos indígenas, de diferentes recursos naturais para produzir instrumentos e utensílios, além da domesticação de animais e de plantas. Os nativos brasileiros não são encarados de forma idealizada, não são considerados bons selvagens. Eles surgem como um grupo social que, em sua sobrevivência, explorava o meio ambiente em que vivia. Porém, passa-se a idealizar a relação entre índios e natureza, como se fossem portadores de uma sabedoria ecológica:

A principal herança que deles recebemos foi a parte que nos coube desta sabedoria ecológica. Principalmente o seu sistema de roça de coivara itinerante, tão admiravelmente adaptado à natureza tropical. Roças em que eles cultivavam dezenas de plantas, domesticadas diretamente da riquíssima flora brasileira, cujas qualidades eles descobriram e ao longo dos milênios desenvolveram (MOCELLIN, 1997, p. 33).

Ferreira compartilha da mesma idéia de Mocellin no que se refere à sabedoria dos nativos em explorar a natureza, mas alerta para outro fator: a recomposição do ambiente.

É errado dizer que os índios não destruíam a natureza. Para ter alimentos e fazer os seus ornamentos, eles precisavam matar animais. Para fazer as suas casas e as fogueiras, precisavam derrubar árvores. Entretanto, os povos indígenas só pegavam da natureza aquilo que iam usar. As coisas da natureza que para eles tinham apenas valor de uso. Além do mais, como o número de índios era pequeno, a natureza tinha tempo para se recompor (FERREIRA, 1997, p. 47).

A produção açucareira recebe, como não poderia deixar de ser, papel de destaque nos livros didáticos. Santos, por exemplo, refere-se, brevemente, à destruição da Mata Atlântica, afirmando que “quase toda a floresta do litoral do Nordeste foi destruída para dar lugar a extensos canaviais” (SANTOS, 1990, p. 69). No livro dos Piletti, a parte dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar apresenta uma análise que introduz a discussão sobre as mudanças provocadas no ambiente por causa desse cultivo:

A cana era plantada em grandes propriedades. Começava-se pela derrubada da floresta e pela limpeza e preparo do solo, onde se plantava a cana em eitos, isto é, canteiros. Não havia a preocupação pela preservação, pela melhoria ou pela recuperação do solo. Não se utilizava adubação. Quando uma terra já não produzia satisfatoriamente, era abandonada e fazia-se nova derrubada de mata. Não havia problemas para isso, pois existia muita terra disponível. (PILETTI N.; PILETTI C., 1990, p. 47)

Para Ferreira, a forma com que os portugueses devastaram o litoral, com a finalidade de obter extensas áreas para as plantações de cana-de-açúcar, provocou enormes e danosas transformações ambientais, já que “era preciso muita terra para produzir açúcar, pois o uso da queimada, para limpar e adubar o solo, acabava, em pouco tempo, provocando o seu esgotamento. Assim, novas terras tinham de ser desmatadas” (FERREIRA, 1997, p. 132).

A necessidade de preservação da floresta, depois de quinhentos anos de colonização, merece destaque, embora se deva ressaltar que não há qualquer referência ao papel dos poderes públicos:

Atualmente, resta quase só a Floresta Amazônica, que também está sendo destruída. O resultado é desastroso para a vida animal e humana. A floresta purifica o ar que respiramos, a floresta garante nossa vida. Se queremos proteger nossa vida e a das pessoas que viverão no futuro, é preciso que preservemos as florestas (PILETTI N.; PILETTI C., 1990, p. 45).

Para Mocellin, há que se levar em conta conseqüências importantes da ação antrópica sobre o mundo natural. O autor destaca o processo que levou à extinção alguns animais, ao longo do tempo, resultante do contato direto com a população brasileira, levando à diminuição radical de “animais como as capivaras, veados, porcos-do-mato, tatus, antas, cotias e aves silvestres (...) abundantes no Brasil dos primeiros tempos” (MOCELLIN, 1997, p. 40).

Na parte relativa à mineração são feitas menções aos impactos produzidos na natureza pela exploração de metais e de pedras preciosas:

Sem previdência para o futuro, [os mineradores] entulham os vales com terras das montanhas; cobrem com os resíduos de lavagens terrenos que ainda não foram explorados e que contêm também grande quantidade de ouro; obstruem o leito dos rios com areias e pedras, e comprometem freqüentemente a existência dos escravos (...). Também represavam ou desviavam a água dos rios (MOCELLIN, 1997, p. 51).

Também neste ponto, o livro de Santos apresenta pouca coisa. A autora limita-se a afirmar que, nas regiões das minas, não se plantava nem se criava qualquer animal, acrescentado que, com o intuito de alimentar os mineiros, “foram abertos novos caminhos que ligavam a área da mineração ao Rio São Francisco, a São Paulo e ao porto do Rio de Janeiro” (SANTOS, 1990, p.117). Para Ferreira e Mocellin, a descoberta do ouro no interior do Brasil foi fundamental, pois permitiu a expansão das fronteiras do território sob domínio português. Nessa perspectiva, os bandeirantes surgem como heróis, homens corajosos que sobreviveram em áreas inóspitas e hostis, capazes de enfrentar todos os perigos que os ameaçavam:

Na busca do ouro, os sertões seriam desbravados. Antes, com o açúcar, a população da colônia se concentrava no litoral. Agora, com o ouro, a população se deslocou para o interior. (...) Assim, pela coragem e ambição de bandeirantes e mineradores, as fronteiras do Brasil foram se alargando (FERREIRA, 1997, p. 180).

LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS DEPOIS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Gilberto Cotrim, um dos historiadores mais conhecidos na produção e na publicação de livros didáticos, publicou, em 1999, *História e consciência do Brasil*. Inicialmente, Cotrim apresenta novas abordagens, destacando: o cotidiano, a visão dos vencidos, a situação da mulher e a mentalidade dos grupos sociais. O autor afirma desejar que seu livro sirva, sobretudo, como ponto de partida para novos conhecimentos e reflexões e nunca como ponto de chegada, negando a idéia de que o material didático seja detentor do conhecimento pronto para ser memorizado pelos estudantes.

Referindo-se aos indígenas, indica as mudanças radicais no modo de vida dos nativos, resultantes da presença do europeu:

O conquistador europeu impôs aos nativos americanos um conjunto de novas condições econômicas que alterou, profundamente, o modo de vida das comunidades indígenas. Populações inteiras foram aprisionadas, escravizadas e removidas de suas regiões de origem, sendo forçadas a trabalhar, exaustivamente, para o conquistador [...]. Retirando do seu meio natural, modificando seu tipo de alimentação e ampliando seu ritmo de trabalho (COTRIM, 1999, p. 33).

O autor ressalta o caráter predatório e nômade da exploração de pau-brasil, que, além de ser fruto do capitalismo europeu, deslocava-se pelo litoral à medida que a madeira ia esgotando-se. Nesse momento, insere-se a questão da destruição da rica floresta atlântica, da qual restam, hoje em dia, apenas 8% distribuídos em matas dispersas ou em propriedades particulares: “A destruição do pau-brasil, árvore que praticamente desapareceu no século XVII, assinala o começo do desmatamento indiscriminado que atingiu nossas florestas, impulsionado pelo capitalismo selvagem” (COTRIM, 1999, p. 54).

Além do pau-brasil, o autor cita outras atividades predatórias que tiveram início no período colonial e que provocaram impactos cujas conseqüências podem ser percebidas até hoje:

O mesmo destino do pau-brasil tiveram os cajueiros do litoral e inúmeras outras árvores frutíferas naturais depredadas sem qualquer preocupação de replantio. A destruição da vegetação dos mangues, indispensável para a reprodução da fauna marítima [...] não cessou até hoje e se agravou com o mal do século XX: a poluição (COTRIM, 1999, p. 54).

É importante e relevante a citação do autor acerca dos impactos ambientais que o Brasil sofreu no período de forte extração do pau-brasil. Entretanto, ao discorrer sobre a implantação da empresa açucareira, o autor “naturaliza” um processo histórico específico, praticamente inserindo-o na idéia de história determinista e inevitável. É como se a plantação de cana para a produção de açúcar obedecesse a determinações naturais, algumas delas advindas de ciclos econômicos internacionais. A empresa açucareira é mostrada como se bastasse aos portugueses querer cultivar e plantar, não tendo, em nenhum momento, dificuldades no desmatamento. Aliás, da forma como é apresentada, é possível que um aluno com poucos conhecimentos duvidasse de que, antes da cana-de-açúcar, sequer tivesse existido a floresta:

A colonização precisava desenvolver alguma atividade capaz de gerar lucros. A solução encontrada foi o estabelecimento da agromanufatura açucareira, pois o açúcar era o artigo de luxo mais apreciado no mercado europeu. Além disso, largas faixas do litoral brasileiro reuniam condições – solo e clima propícios – para o cultivo da lavoura canavieira (COTRIM, 1999, p. 40).

No capítulo destinado às descobertas dos recursos naturais, como ouro e diamante, na região de Minas Gerais, o autor deixa de aprofundar a devastação do meio ambiente que ocorreu para dar lugar aos centros urbanos construídos para abrigar os aventureiros que saíam à procura de ouro. Em se tratando das mudanças que o meio ambiente sofreu, o texto traz poucas informações. O autor limita-se a comentar sobre as novas vilas e sobre as técnicas que alguns mineradores utilizavam para procurar o ouro:

Os depositários do ouro de aluvião eram superficiais, dispensando, para sua exploração, o trabalho de prospecção (sondagem) profunda. Obtinha-se esse ouro com técnicas rudimentares de extrativismo (...). A descoberta de ouro nessas outras localidades do Brasil atraiu inúmeras pessoas, numa verdadeira corrida em direção às minas. Aventureiros das mais diversas procedências, movidos pela sede de um rápido enriquecimento, erguiam nessas regiões desérticas do sertão vilas e povoados onde se desenvolveria a atividade mineradora (COTRIM, 1999, p. 121).

Flavio de Campos e Renan Garcia Miranda publicaram, em 2000, *Oficina de história: história integrada*, direcionada para os adolescentes do Ensino Médio. Na parte relativa à exploração do pau-brasil, nos primórdios da colonização do território brasileiro, Campos e Miranda não se referem aos impactos ambientais provocados pela retirada da madeira na

Mata Atlântica. Quanto à agroindústria canavieira, os autores enfatizam as facilidades que os portugueses tiveram para implantar o engenho açucareiro. Eles minimizam a importância dos impactos ambientais provocados pela ânsia em satisfazer as exigências impostas pela política colonial mercantilista, que era voltada para o mercado externo:

O Nordeste brasileiro oferecia um conjunto de condições favoráveis para o desenvolvimento dessa lavoura: clima quente, solo de massapé e maior proximidade do continente europeu em relação às demais capitanias do sul. [...] os lucros fabulosos e as facilidades encontradas permitiam ao açúcar brasileiro dominar o mercado mundial, ao menos até as primeiras décadas do século XVII (CAMPOS; MIRANDA, 2000, p. 105).

Quanto à mineração, ressaltam-se os efeitos positivos desse tipo de atividade para o desenvolvimento da colônia, embora se refiram às profundas alterações ambientais provocadas pela extração de metais e pedras preciosas:

Para extraí-lo (ouro de aluvião), mineradores com poucos recursos precisavam apenas de um pouco de sorte e de rústicos instrumentos como as bateias, bacias feitas de madeira ou metal. Chamados de faiscaidores, esses garimpeiros perambularam pela região, tentando suprir sua modesta sobrevivência. Os poderosos dispunham de uma vasta mão-de-obra escrava, máquinas hidráulicas para lavagem do cascalho e obras de represamento de rios (CAMPOS; MIRANDA, 2000, p. 128).

No livro *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, editado em 2002, a história do Brasil é integrada ao que usualmente denomina-se História Geral. As autoras iniciaram o capítulo que trata do Brasil colonial, afirmando que iriam abordar a exploração portuguesa de forma a estimular o debate acerca dos desmatamentos atuais e da necessidade de preservar o que ainda resta da Mata Atlântica. Elas deram relativo destaque à questão, enfocando, principalmente, os aspectos negativos da ação antrópica sobre o ambiente. Reservaram espaços para esses temas nos textos complementares, inseridos ao longo do livro, em que são destacadas questões discutidas atualmente, a fim de possibilitar a problematização desses assuntos em sala de aula. É preciso lembrar que nem sempre esses textos são trabalhados pelos professores e, mesmo sendo de grande importância, às vezes são desconsiderados. O espaço maior é conferido à tentativa de inserir uma discussão a respeito do processo de desmatamento atual, em especial na Amazônia:

Na medida em que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil através dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, a década de 80 e 90 assistia à entrada em operação de inúmeros projetos de impactos, no setor de mineração e eletricidade (...). Esse panorama que contribuiu para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineração e industrial, deu origem, também, às tensões sociais, conflitos de guerra, disputas de posse e invasões de áreas indígenas. (...) A situação engendrou também, pelo atraso de uma política nacional de preservação, o quadro atual caracterizado pela atuação de madeireiras predatórias, poluição fluvial, garimpeiros clandestinos, falsos missionários, contrabando das riquezas da biodiversidade florestal e pelo narcotráfico. (...) No entanto, o governo federal construiu uma possibilidade de internacionalização indireta, sob concessão de gerência ambiental de áreas do território nacional, quando promulgou a lei 9.985 (...) com o objetivo de “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. (MOTA; BRAICK, 2002, p. 204)

Sobre os efeitos da descoberta do ouro e dos diamantes no território brasileiro, as autoras afirmam que:

O impacto da mineração sobre a terra e seus habitantes tem sido objeto de estudo de ambientalistas, economistas, geógrafos, sociólogos, historiadores etc. Os efeitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais variam de lugar para lugar. Em geral, as pequenas operações de mineração, permanentes ou temporárias, exercem mínima influência sobre o meio ambiente. Em contrapartida, o desenvolvimento de grandes centros de extrativismo provoca transformações profundas e significativas... A mineração foi (...) responsável pelo desmatamento e pelo envenenamento do solo e dos recursos hídricos, em decorrência do uso indiscriminado de mercúrio e outras substâncias tóxicas. Hoje, esse impacto destrutivo pouco difere daquele provocado nos tempos coloniais (...). Tal fato está ligado à expansão do capital, que ao longo dos anos vem promovendo um desenvolvimento não sustentável, caracterizado pela superexploração e pela má administração dos recursos naturais. Cria-se desse modo um círculo vicioso, em que a prática mineradora converte-se em instrumento de destruição ambiental. (MOTA; BRAICK, 2002, p. 221)

Na citação acima, podem-se notar as preocupações que as autoras tiveram no que diz respeito aos danos ambientais presentes no período colonial e perpetuados no século XX. Mesmo representando avanço em relação a outros livros, em especial aqueles publicados antes dos PCNs, percebe-se a falta de uma abordagem que, efetivamente, traduza as preocupações que têm caracterizado a história ambiental.

Outro livro publicado em 2002 foi *Brasil: história e sociedade*, de Francisco M. P. Teixeira, que expõe na capa um selo, indicando que o material foi produzido de acordo com

as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Entretanto, como veremos, isso não significa a inserção de todos os temas transversais no livro.

Teixeira procurou enfatizar questões como preconceito e diversidade cultural, mas, em relação ao tema meio ambiente o autor não aprofundou a discussão, como se essas questões fossem de pouca importância. Isso leva os leitores a pensar que a destruição já havia sido feita e que não havia mais nada a ser feito para preservar o que foi destruído, deixando-os como agentes passivos diante da história que é continuada até hoje. A única referência que pode ser trabalhada com os alunos de forma a despertar neles o sentimento protecionista das matas brasileiras é a que se segue:

Imposta pelo impulso civilizador e pelos interesses do capitalismo mercantil, a colonização trouxe consigo extermínio e a escravização de muitos ameríndios, além da destruição sistemática da floresta (...). A devastação ambiental e a destruição de nações indígenas inteiras têm sido uma das marcas mais dramáticas da nossa história desde a colonização. (TEIXEIRA, 2002, p. 25)

Quanto à exploração dos recursos naturais no período colonial, o autor traz poucas reflexões e críticas, limitando-se a comentar que o escambo da madeira foi, intensamente, praticado no litoral e que representou a primeira atividade econômica entre os nativos e os estrangeiros. Afirma também que, com a madeira, os portugueses embarcavam alguns animais, como papagaios, araras, tucanos, macacos e outros, que encantavam os europeus e estimulava a imaginação deles quanto ao novo mundo. O autor não expõe os efeitos negativos que essa retirada de madeira e de animais representou para o meio ambiente, tampouco se refere às alterações no modo de vida dos nativos com as mudanças radicais que os portugueses impuseram a eles.

A implantação da cana-de-açúcar em terras brasileiras é tratada, tal como em outros livros analisados, sem grandes referências aos efeitos ambientais que provocou. O autor enfatiza o caráter “natural” dessa exploração, destacando o papel na consolidação e no fortalecimento do domínio português. Afirma que outros produtos foram cultivados na colônia, embora em menor escala, como, por exemplo, o fumo e o algodão, assim como o extrativismo florestal (pau-brasil e drogas do sertão). Essas atividades aparecem com destaque, mas, sobretudo, por serem importantes no processo de expansão territorial.

Ao tratar da extração do ouro e do diamante, o autor insere, no livro, um texto complementar sobre os impactos ambientais que Minas Gerais sofreu durante o período da mineração, enfatizando os rudimentares processos técnicos utilizados na época:

Via-se assim leitos de rios secos ou desviados, a fim de extrair o produto precioso dos aluviões mais fundos. Nos terraços cavavam-se poços quadrados até se atingir a camada dos cascalhos. Preparavam-se verdadeiras cascatas artificiais no flanco das montanhas, graças à instalação de canais de derivação e de aquedutos, onde se fazia descer e por vezes subir em noras até os reservatórios de tratamento. Quando, no flanco das montanhas, era referenciado um filão, construíam-se então verdadeiras “minas” como galerias. (TEIXEIRA, 2002, p.104)

Voltado para o ensino fundamental e de grande circulação entre os alunos do Distrito Federal, o livro de Mário Schmidt (2004), intitulado *Nova história crítica*, apresenta a história do Brasil integrada à história geral. Ao realizar a análise desse livro, percebeu-se certa desvalorização da história do Brasil e da América. O autor não problematiza as situações históricas e não as relaciona à realidade e às experiências dos alunos. Como já vimos, desde a década de 1990, surgiram novas concepções a respeito de como deveria ser confeccionado o livro didático, dando-se ênfase à relação entre a história e a realidade dos alunos no mundo contemporâneo.

Na segunda metade da década de 1990, a concepção de eixos temáticos, que procuram dar novo fio lógico aos conteúdos e estabelecer interações entre a história do Brasil, a da América e a Geral, buscando escapar da tradicional seqüência cronológica que enfatiza a história européia em detrimento da nacional, foi postulada pelos órgãos encarregados da formulação de políticas educacionais. Entretanto, a maioria das escolas e dos professores mantém-se presa aos antigos padrões herdados do Colégio Pedro II e do IHGB.

Em seu livro, Schmidt não se afasta da tendência – bastante criticada atualmente – evolutiva, cronológica e eurocêntrica, o que pode ser visto, claramente, na forma como o autor divide os assuntos em capítulos. Os temas transversais estão praticamente ausentes de seu livro. É preciso, contudo, ressaltar que o autor insere algumas referências à ética e à pluralidade cultural, mas, em se tratando da questão ecológica, seu livro traz poucas referências, silenciando, de forma considerável, sobre a prática de exploração vigente no Brasil desde o início da colonização.

Na parte relativa à exploração do pau-brasil, o autor responsabiliza, unicamente, os Portugueses pela extinção da árvore no território brasileiro: “A maioria dos brasileiros nunca viu o pau-brasil, porque a árvore não existe mais. Durante a colonização, foram arrancados praticamente todos os pés que existiam” (SCHMIDT, 2004, p. 53). Isto, como vimos anteriormente, é um equívoco, pois o século XX foi o período de maior exploração da Mata Atlântica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos livros didáticos de História, mesmo nos mais recentes e que se pressupõem atualizados, a ênfase ainda recai em aspectos políticos e econômicos. Neles, destaca-se a exploração de gêneros tropicais para a exportação, incorporando a perspectiva tradicional de considerar a atividade agroindustrial, característica da colonização brasileira, apenas resultante da adequação do clima e do solo aos produtos com mercado crescente na Europa. Acaba-se recaindo em uma concepção de história que dissocia as atividades dos seres humanos do meio natural em que desenvolvem sua vida.

Seguindo a orientação expressa nos temas transversais, os autores dos livros didáticos de História têm incorporado, de maneira mais enfática, outros temas, como ética e diversidade cultural. À questão ambiental é reservado espaço bem menor, por vezes relegada a outras disciplinas, como Geografia e Ciências. Quase sempre se enfatiza a ótica da degradação, ressaltando-se o processo de destruição do ambiente natural pelos colonizadores portugueses e a herança da mentalidade predatória deixada aos brasileiros, que não cessa de fazer-se sentir e cujos efeitos são duramente percebidos ainda hoje.

Observa-se a recorrência de argumentos que tendem a imputar “culpa” aos portugueses pela forma como nos temos relacionado, ao longo de nossa história e até os dias atuais, com a natureza. É como se fossemos os “herdeiros” de práticas dilapidadoras do ambiente natural, produtos de uma história com caráter inevitável e da qual é difícil escaparmos. Estudos mais recentes (CASTRO, 2002) têm-se preocupado em desfazer essa imagem construída pela historiografia, mostrando que, embora motivados por preocupações de caráter estratégico e econômico, os portugueses estabeleceram mecanismos de proteção ao ambiente natural na colônia.

Infelizmente, devemos concordar com Donald Worster (1996, p. 2), que lamenta o fato de que, apesar de

trinta ou quarenta anos de debate público em torno dos problemas do meio ambiente, ainda são poucos os manuais de história dos Estados Unidos que procuram lembrar aos estudantes o contexto ambiental de nosso desenvolvimento como nação: os densos bosques [...] que algumas vezes iam do Maine até Minnessota, de onde os norte-americanos cortaram madeira para construir milhões de casas em Boston, Detroit, Chicago, San Luis e Kansas City. Com efeito, os manuais não transmitem nem sequer um átimo da intensa e vital interação com a terra – com todos seus organismos e microorganismos, com recursos naturais como o solo e a água – que ocorre ao longo do tempo. Dessa forma, a história [...] que os estudantes encontram fica semelhante aos supermercados desodorizados, iluminados com neón e envoltos em polietileno, no qual se empurra um carrinho ao longo das prateleiras [...] sem nunca nos motivarmos a pensar sobre o lugar de origem do leite e do pão com que se tem nutrido nossos heróis e vilões, nossa política, nossa ordem social e, inclusive – talvez, sobretudo – nossa vida econômica. Em geral, apresentamos uma visão do passado que estimula a irresponsabilidade com o presente.

Ao referir-se à história ambiental na América Latina, Guillermo Castro Herrera lembra a pertinência da inserção dessa perspectiva, que nos demanda tratarmos das “transformações produzidas pelos seres humanos nos ecossistemas da região, mediante o trabalho socialmente organizado, e do impacto de tais transformações no desenvolvimento humano” (HERRERA, 2003, p. 1).

Muito embora os trabalhos escritos recentemente demonstrem relativa preocupação em relação ao meio ambiente, ainda é incipiente o tratamento dado a essa questão. As contribuições feitas por autores da denominada história ambiental ainda permanecem desconhecidas dos autores de livros didáticos. Em grande parte, isso pode ser em razão do reduzido número de pesquisas e de estudos mais aprofundados sob a ótica da história ambiental. Isso revela a necessidade de que questões como as previstas nos temas transversais sejam trabalhadas, previamente, pelos estudiosos da história, facilitando, para os autores dos livros didáticos, a incorporação dessas questões nas aulas. Obviamente, não se pode exigir que os livros didáticos contemplem todos os aspectos da história, mas eles devem trazer elementos que permitam aos professores do ensino fundamental e médio a interpretação e a problematização da transversalidade para os alunos.

Uma pesquisa voltada para o exercício do ensino de história em escolas do ensino fundamental e médio está sendo desenvolvida a partir de agora (segundo semestre de 2005).

Tem como objetivo geral analisar a prática dos professores de história do ensino fundamental e médio, verificando a inserção ou não da temática ambiental no ensino de história.

Devemos salientar a necessidade de formarmos professores engajados e atentos aos problemas do mundo em que vivemos, tendo em vista que as transformações ocorrem num ritmo acelerado e demandam reflexões que exigem o concurso da história. O ensino de História, tanto no nível acadêmico quanto no escolar, requer um esforço permanente no que se refere a dar respostas ao desafio de pensar em práticas pedagógicas não tradicionais, capazes de dar conta de nossa inserção nas questões atuais. Afinal, o objetivo primordial do ensino de História é “desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida” (LAVILLE, 1999, p. 127).

A partir da análise desenvolvida neste projeto de pesquisa, surgiram novas e abrangentes questões. Cabe aos professores indagar sobre a forma como os alunos recebem essas tendências, de que maneira os docentes estão trabalhando e se, efetivamente, analisam as questões ambientais em sala de aula. Uma pesquisa direcionada ao exercício do ensino de História, em escolas do ensino fundamental e médio, desenvolveu-se a partir do segundo semestre de 2005 e teve como objetivo geral analisar a prática dos professores de História do ensino fundamental e médio, verificando a inserção da temática ambiental no ensino (RESENDE, 2006). Foi, então, possível relacionar as conclusões obtidas na pesquisa que se conclui aqui com o exame da prática concreta dos professores em sala de aula. Contudo, ainda há muito que se fazer e o campo de investigações encontra-se aberto para todos aqueles interessados em discutir e propor alternativas ao ensino de história.

THE ENVIRONMENT AND THE TRANSVERSALITY IN THE TEACHING OF HISTORY

ABSTRACT: In this article Brazilian History textbooks were analyzed from both elementary and high school, with emphasis on the Colonial period. The role of the natural world in the configuration of historical and social frameworks studied was verified. The assessment focused on the cultural meanings applied by these authors to nature in Brazil, observing the handling of environmental matters. It intended to amplify and deepen the debate on environmental issues under a historical perspective, verifying which were the main themes selected by those who wrote textbooks and included the environmental dimension on their works.

KEY WORDS: History teaching. Environment. Transversality.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. Parado no tempo. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, jun. 2004.

_____. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

BEZERRA, Holien Gonçalves, O processo de avaliação de livros didáticos – História. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria F. O livro didático não é mais aquele. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, dez. 2003.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O cerrado nos livros didáticos de geografia e ciências. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 32, n. 192, 2003.

_____. *Vivendo no cerrado... e aprendendo com ele*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC, 1998a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*, Brasília: MEC, 1998b.

_____. *Guia de Livros Didáticos 2005: 5ª a 8ª Séries. História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. *Oficina de história: história integrada*. São Paulo: Moderna, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *A gestão florestal no Brasil Colônia*. 2002. 199 p. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, Brasília, 2002.

CASTRO, Maria Inês Malta. *Natureza e sociedade em Mato Grosso (1850-1930)*. 2002. 308 p. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, Brasília, 2002.

_____. Reflexões sobre a história ambiental. *Universitas FACE*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2003.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991/1992.

DUARTE, Regina Horta, Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPÓSIO DE HISTORIA AMBIENTAL, 1, 2003, Santiago. *Anais...* Santiago, 2003.

FERREIRA, José Roberto Martins. *História*. São Paulo: FTD, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas, SP: Papirus, 2003a.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

_____. O livro didático de história: lugar de memória e formador de identidades. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. 20, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Humanitas/USP, 1999.

GALLINI, Stefania. Invitación a la historia ambiental. *Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica en Historia, Archivística Y Estudios Sociales*, v. 6, n. 18, oct. 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. Um itinerário de desigualdades: livros didáticos de história e massificação do ensino na escola brasileira (1960-1990). SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Humanitas; USP, 1999.

HERRERA, Guillermo Castro. De civilización y naturaleza: notas para el debate sobre la historia ambiental latinoamericana. SIMPOSIO DE HISTORIA AMBIENTAL AMERICANA, 2003, Santiago. *Atas del...* Santiago, 2003.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MOCELLIN, Renato. *Para compreender a história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História e vida*. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

RESENDE, Tayene. O ensino de história nas escolas e a inserção da problemática ambiental. Relatório de Pesquisa – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/CNPq/UnICEUB. Brasília, agosto de 2006.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2004.

TEIXEIRA, Francisco M. P. *Brasil história e sociedade*. São Paulo: Ática, 2002.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

_____. The two cultures revisited: environmental history and the environmental sciences. Tradução para o espanhol: Guillermo Castro Herrera. *Environment and History*, Cambridge, v. 2, n. 3, p.3-14, 1996.